

MOVIMENTOS SOCIAIS E COLETIVOS LIBERTÁRIOS: REFLEXÕES SOBRE A AUTOGESTÃO

SOUZA¹, Sandro Soares de – UERN – sandrosoares@hotmail.com

GT: Movimentos Sociais e Educação / n.03

Agência Financiadora: Sem Financiamento

Apesar dos vários grupos libertários contemporâneos estarem favorecendo a formulação de novos problemas acerca da autogestão, bem como possibilitando uma série de ensinamentos para os movimentos sociais em geral, ainda são bastante escassas as experiências de pesquisas que problematizem os processos organizativos autogestionários no âmbito da educação popular e dos movimentos sociais. O propósito deste texto é iniciar uma reflexão sobre as contribuições dos Movimentos Sociais libertários na produção de práticas autogestionárias que se contraponham à noção naturalizada de heterogestão.

O Anarquismo, ou Socialismo Libertário, ao longo dos séculos XIX e XX se consolidou como doutrina política e como proposição efetiva na construção de outro mundo – um mundo não-hierarquizado, sem as distinções de classes sociais, sem as opressões da autoridade alheia, sem as pressões do capitalismo sobre a humanidade, sem a alienação do trabalhador pela fragmentação do processo produtivo, sem a propriedade privada dos meios de produção, e, principalmente, com a liberdade política e a igualdade econômica para todos. Anarquia, na acepção etimológica do termo, significa “sem governo” (‘an’ = ausência + ‘archon’ = governante; e ‘ia’, partícula que designa estado ou condição de). O Anarquismo propõe-se a construir uma sociedade sem Estado – pela crença de que o Estado representa a heterogestão (gestão de outrem) e de que é necessário aos homens livres gerir suas próprias vidas (autogestão). No centro do ideário anarquista está a luta pela supressão de toda e qualquer autoridade que, heterogestionariamente, se sobreponha aos outros homens, quer seja sob na forma de governo, quer seja sob na forma do capital, quer seja na forma de alguma instituição social.

¹ Doutorado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, UFC, Mestre em Educação, Orientadora: Prof. Dra. Sandra Haydée Petit (UFC).

Embora possamos falar mais em Anarquismos do que em Anarquismo há algo que é comum a todas essas variações conceituais: o desafio de se organizar sem a presença de um centro decisório.

Este é um desafio que se coloca para os grupos Anarquistas, ou Socialistas Libertários, ou simplesmente Libertários, da atualidade. No cerne de suas ações está a preocupação de se praticar a autogestão. Em linhas gerais estes grupos se caracterizam por: serem apartidários; tomarem as decisões por consenso; construir suas ações à margem do Estado; serem descentralizados; não produzirem lideranças perenes; possuírem uma organicidade dinâmica, podendo auto-dissolver-se; produzirem reflexões teóricas; proporem a ação direta; desenvolverem experiências autogestionárias; autosustentarem-se; além disso, algumas ações têm um carácter contestador lúdico, como contraposição aos formalismos teóricos e táticos dos partidos da esquerda tradicional. A maioria destes grupos libertários contemporâneos se inspiram no Anarquismo Clássico, mas não são cópias decalcadas das experiências do passado; são, pelo contrário, construções criativas que reinventam o Anarquismo e as práticas autogestionárias; produzindo, assim, novas idéias e expressando dimensões até então ainda não experimentadas pelos anarquistas, construindo formas não-ortodoxas de sociabilidade entre seus membros.

O Anarquismo, enquanto corrente teórica, encerra certos fundamentos dos quais extraí alguns para ilustrar aqui: *Crítica Radical ao Estado e ao Capital*; negação de toda forma de *Autoridade*; construção de mecanismos dinâmicos de participação política direta dos sujeitos, como contraposição às experiências autoritárias, às ditatoriais e à democracia representativa; a *Ação Direta* como estratégia de participação política, negando a via parlamentar e a militância político-partidária; o conceito de *Resistência* versus o clássico conceito de Oposição; Potência, ao invés de Poder; *Autogestão* como contraponto às experiências heterogestionárias. Dentre os conceitos teorizados pelos filósofos ligados a esse referencial teórico, me chama a atenção o conceito de autogestão.

A idéia de autogestão entre os anarquistas do século XIX surge da necessidade de criar mecanismos que possibilitassem a desconstrução do fenômeno da autoridade. Inicialmente os anarquistas experimentaram pôr em prática esse projeto no âmbito da produção econômica porque lhes preocupavam sobremaneira os processos de alienação do trabalhador impostos pelo modo de produção capitalista. Nesse contexto, a

autogestão da produção colocava todo o processo produtivo sob o controle direto dos trabalhadores nas fábricas, inclusive com rodízio das funções, para não haver a especialização do trabalho e a fragmentação do trabalhador (ALBERT et al., 2004). Dessa forma a autogestão surge, nas hostes anarquistas, como estratégia e fundamento que busca a abolição da autoridade e a superação da alienação do trabalhador. Tais idéias são consideradas uma grande novidade para a época porque representam um questionamento contundente às bases em que está ancorada a sociedade capitalista.

Embora as experiências autogestionárias não tenham sido tentadas somente na esfera da produção econômica, pois sabe-se que, durante os séculos XIX e XX, os anarquistas experimentaram a autogestão em vários domínios sociais, o sentido economicista que esse termo hoje evoca se deve ao fato das experiências que realizaram no âmbito da economia fabril acabarem se tornando mais conhecidas e ganhando maior visibilidade. Esse sentido excessivamente economicista presente no conceito de autogestão: [...] *não é senão, por si só, uma prova gritante do grau de apropriação que as palavras sofrem na sociedade industrial* (BOOKCHIN In: ALBERT et al: 2004, p. 62).

Mas a autogestão para o Anarquismo, tanto para os clássicos quanto para suas formas contemporâneas, é um conceito que não se restringe ao domínio da produção econômica; ela se estende a outras esferas da vida social. Na atualidade, a autogestão é vista também, como um processo que se dá nas esferas do micropoder, onde as relações interpessoais e inter-institucionais ocorrem, e onde, não menos freqüentemente, se estabelecem relações heterônomas entre os sujeitos.

Mobilizados pelo desejo de vivenciar, no hoje, experiências autogestionárias, em contraposição ao olhar distópico da heterogestão, que se coloca como uma forma natural e insuperável de organização das sociedades humanas, alguns grupos Libertários reinventam a autogestão, e se lançam nessa construção. Para eles, a autogestão é um esforço de criação de novas práticas e vivências coletivas; é um espaço importante onde se combate desde a formação de lideranças perenes, a concentração de poder, a hierarquização das funções, a centralização das decisões, a alienação dos sujeitos pela separação entre as instâncias decisórias e as de execução, e o exercício da autoridade. Para os grupos libertários contemporâneos, a autogestão é um dispositivo teórico e operativo que possibilita questionar a existência da autoridade, bem como promover sua desnaturalização.

Minhas vinculações com o ideário anarquista se dá, nos começos, mais intuitiva do que racionalmente. Uma refutação quase orgânica à autoridade, uma recusa à hierarquia e uma indignação diante de situações de sujeição, opressão e submissão de subjetividades alheias. Desejoso de ampliar minhas críticas ao capitalismo, aproximei-me, em meados dos anos 80, de grupos partidários da esquerda brasileira – MR8, PT, PC do B. Minhas leituras das obras anarquistas passaram a ser, desde seu principiar, capturadas pelo olhar marxista. Isto não impediu que percebesse que ao propor a substituição do capitalismo pelo socialismo científico, o marxismo não rompia com as práticas de centralização – pelo contrário, o Totalitarismo imperou na Rússia bolchevista. O olhar do marxismo, ao longo do século XX, pretendeu lançar o anarquismo no limbo da história. Já sabemos o que significou a experiência do Socialismo Real, que em nome de uma liberdade, criou um estado hiperatrofiado que burocratizou as relações humanas (ONFRAY: 2001). Edson Passetti, por sua vez, afirma que:

Para os anarquistas, o socialismo estatal como sinônimo de comunismo é o regime de *mais* autoridade, é ditatorial e efêmero. Ainda que anarquistas e socialistas estataistas seguidores de Marx estejam no mesmo âmbito do discurso igualitário e socialista, distinguem-se radicalmente. O comunismo para Proudhon é potencialização da propriedade patriarcal e da tirania, jamais levando à sociedade igualitária. Os anarquistas [...] nada têm a dizer a respeito das lutas entre as vanguardas *esclarecidas* do socialismo e as *eficientes* elites liberais. Weber e Lenin duelaram no século XX pela supremacia de uma sobre a outra, segundo a defesa da propriedade capitalista ou socialista e suas efetivas produtividades (PASSETTI: p. 309).

Então, se deu que senti necessidade de retomar, gradativamente, minhas leituras anarquistas. Mas ler os clássicos anarquistas não era suficiente; porque eu sentia o anarquismo como algo distante, como uma luz emitida por uma estrela já morta – não o percebia mais como uma prática contemporânea, ou como um referencial político atual. Era apenas uma literatura estimulante, mas pouco percebida como influente em minha vida e mobilizadora das ações políticas contemporâneas. Alguns fatos históricos foram

modificando estas minhas leituras. Seattle mudou meus sentidos e minhas percepções sobre tudo isso.

No dia 30 de novembro de 1999, em Seattle, EUA, vários grupos, entre eles alguns libertários, protestaram contra a reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC). As manifestações ocorreram em mais de cem cidades ao redor do mundo, mas Seattle concentrou a maior manifestação e as mais impactantes ações contra a OMC. Os grupos de ativistas bloquearam quarteirões inteiros e cruzamentos, de maneira a impossibilitar que os delegados dos governos pudessem chegar ao local da reunião. A ação do Estado foi imediata, com a presença violenta da polícia. Houve uma reação dos manifestantes, e o cenário de repressão e resistência se estendeu por um longo período de tempo. Bombas de gás lacrimogêneo e *spray* de pimenta de um lado, e barricada e estilingadas de outro. Foi decretado o toque de recolher, e a Guarda Nacional foi acionada. Entre os vários grupos libertários, e simpatizantes, presentes nestas manifestações, destacam-se o *Black Block* e o *Reclaim The Streets* (LUDD: 2002). Mais do que um movimento, o *Black Block* – Bloco Negro, porque se apresentavam nas primeiras manifestações com roupas escuras e toca de esquí – é uma tática de enfrentamento a partir de princípios de guerrilha urbana. É claramente um agrupamento dinâmico, de *ação direta*, de contestação agressiva, e anti-pacifista, pela via da destruição da propriedade e da resistência ao capitalismo das megacorporações. O principal alvo do *Reclaim The Streets* (RTS) é o automóvel e seu monopólio nas cidades. Para o movimento, o carro é responsável pela destruição ecológica, por um alto número de mortes e por uma diminuição considerável do espaço para as pessoas. O RTS se classifica como uma "desorganização": não tem uma hierarquia, nem porta-vozes. Suas ações, segundo eles, ocorrem pela soma da preparação prévia coletiva com a participação espontânea ativa de pessoas durante os atos. As decisões tentam ser tomadas não por votações, mas através de consensos. O movimento é ligado à Ação Global dos Povos (AGP), uma aliança de grupos de *ação direta* que se opõem ao capitalismo e pregam a *desobediência civil*. As formas efetivas de ação política deste 'grupo' são a *rave* pública e a bicicletada, sempre tomadas como festas orgiásticas e hedonistas.

ORTELLADO (2004) e CHOMSKY (2004) consideram, como marco político definidor do início do Século XXI, a *Batalha de Seattle*, ocorrida, entretanto, ainda em pleno Século XX. O que esta batalha representa, para ser tão referenciada no meio intelectual e político? Seattle significa a resistência política de grupos humanos aos

ditames do Capitalismo Contemporâneo – compreendido como a conjunção estratégica entre Capital e Estado, num esforço de elevação dos índices de extração da mais-valia, ampliação do valor de troca da Mercadoria, exclusão crescente de populações inteiras do processo produtivo e de políticas sociais, destruição deliberada da Natureza (extração crescente de minérios, devastação descontrolada dos recursos vegetais e assassinato em massa de animais) e de tentativa de controle total das vidas humanas.

Os eventos que se sucederam à Seattle (Praga, Québec, Gênova, São Paulo e Fortaleza), ao longo dos últimos anos, instauraram novos olhares e novas perspectivas para o mundo, notadamente para a Anarquia. Em mim, representaram o momento do ‘estalo’ e da percepção instantânea das condições reais de luta e organização de grupos anárquicos contemporâneos. A percepção de que o Anarquismo é algo atual; e que suas formas contemporâneas, não só resgatam as experiências do passado, mas, fundamentalmente, constroem novos referenciais e novas ações de contraposição ao Capitalismo e ao Estado.

Analisando as tendências nos movimentos de esquerda atuais, anarquistas ou da esquerda tradicional, Liberato aponta a existência de duas vertentes, Oposição e Resistência, e diz que "[...] a distinção entre oposição e resistência no plano prático corresponde em grande parte a uma distinção teórica e de entendimento dos processos, sociais e culturais em andamento, e que usualmente são descritos pelo próprio termo globalização" (LIBERATO, 2003, p. 72). Enquanto que para a Oposição a dinâmica econômica atual se chama neoliberalismo, para a Resistência ela se chama simplesmente capitalismo. A tendência de *oposição* está vinculada a formas e mecanismos institucionais de reivindicação, como os partidos políticos e as ONGs (Organizações Não-Governamentais), legitimando assim as fontes de dominação estrutural (Estado, Governo, Partido). Nesse sentido, por escolher formas institucionais de reivindicação e defender a democracia representativa, a cidadania e o Estado esta tendência é mais respeitada e legitimada pela mídia e pelo próprio Estado. Seu objetivo máximo é a conquista do poder político dentro da esfera do Estado-Nação, sendo o partido político seu principal meio para atingir este objetivo. A tendência de *resistência* é formada por redes de ação direta (indivíduos e grupos informais, autônomos e diversos) com caráter horizontal e não-hierárquico, atuando fora dos canais institucionais de ação e reivindicação. No tocante à Ação Direta, ela se torna bastante visível nos confrontos físicos durante as manifestações.

Analisando as ações e as motivações políticas recentes dos ativistas libertários contemporâneos, notadamente nos movimentos antiglobalização, o cientista político Saul Newman afirma que:

[...] o que estamos observando aqui é claramente uma nova forma de política radical - fundamentalmente diferente tanto das políticas particularizadas da identidade que têm prevalecido nas sociedades liberais ocidentais, quanto da antiga política marxista da luta de classes. Por um lado, o movimento anti-globalização une diferentes identidades à volta de uma luta comum; por outro, esse campo em comum não é determinado a priori, ou baseado na prioridade de interesses de uma classe em particular, mas articulado de forma contingente durante a luta em si. O que torna esse movimento radical é sua imprevisibilidade e indeterminância - a forma como ligações e alianças inesperadas são formadas entre diferentes identidades e grupos que, de outra forma, teriam pouco em comum. Ao mesmo tempo em que esse movimento é universal, no sentido de invocar um horizonte emancipativo comum que constitui as identidades dos participantes, ele rejeita a falsa universalidade das lutas marxistas, que negam a diferença e subordinam as outras lutas ao papel central do proletariado - ou, mais precisamente, ao papel vanguardista do Partido (NEWMAN: 2003, p. 2).

Bob BLACK², anarco-ativista norte-americano, em seu ensaio furioso *Meu problema com o anarquismo*, publicado recentemente no livro *Groucho-marxismo*, da Coleção Baderna (Editora Conrad), propõe uma reflexão contemporânea pertinente sobre o conceito idealizado de Anarquismo desenvolvido entre determinados grupos anarquistas.

O anarquismo sempre foi problemático, para mim. Ele me ajudou a atingir uma perspectiva antiestatista e anticapitalista incondicional em meados da década de 70, [...]. Quando uma idéia é lançada na história, parte cada vez maior de seu significado vem de sua experiência. Apelos saudosistas para retornar aos princípios originais provam isso, porque também fazem parte da história. E, da mesma forma que nenhuma seita

protestante conseguiu realmente recriar a Igreja Primitiva, nenhum fundamentalismo anarquista subsequente jamais restabeleceu, ou pôde restabelecer, o anarquismo puro no modelo bakunista, kropotikista ou outros (BLACK: São Paulo, 2006, p. 65).

Para fugir ao ranço pejorativo em que caiu a palavra Anarquia e, também, para não haver uma associação com uma certa concepção saudosista e fundamentalista de Anarquismo, inúmeros grupos contemporâneos preferem se autodenominar *Libertários*. Livres de uma ortodoxia clássica anarquista, os grupos libertários contemporâneos produzem reflexões e intervenções bastante inovadoras e criativas – dinamizando anarquicamente o anarquismo. Entre alguns teóricos libertários contemporâneos há Hakim BEY (propositor do *Terrorismo Poético*) e John Zerzan (crítico da civilização e fundador do anarco-primitivismo).

Nos últimos tempos tenho entrado em contato com algumas experiências concretas que têm me mostrado que a autogestão, como uma prática que se contrapõe à idéia de que um grupo não pode se organizar sem a presença de um centro decisório, é algo que mobiliza mais pessoas do que poderíamos imaginar na atualidade. Ao praticar ações que põem em xeque essa idéia bastante instituída, a qual parte da crença de que a autoridade é um fenômeno natural, essas experiências demonstram que o desejo de construir uma nova sociedade sobre outras bases é algo bastante atual. Mas isso não significa que esse seu projeto não esteja sujeito a contradições; contradições estas que podem conduzir o grupo a se distanciar do propósito de construir formas de organização onde as interferências do fenômeno da autoridade percam cada vez mais sua força dentro do grupo.

Em Fortaleza, no bairro da Parangaba, o Espaço Cultural Comuna Libertária se constituiu num grupo político contemporâneo que, organizando-se autogestionariamente, agregava correntes e sub-grupos diversos; essa pluralidade ajudava a desenhar um caráter bastante heterogêneo àquele espaço social, uma vez que esse coletivo era composto por sujeitos pertencentes a diferentes tendências: anarco-punks, simpatizantes do anarquismo, anarco-vegetarianos, ativistas anti-globalização, anarco-primitivistas, bandas de hardcore, *vegans*, *straight edges*, *skins* e anarquistas

² Bob BLACK, profundo crítico do anarquismo clássico, que prefere a expressão

ortodoxos. O ponto comum entre tantos grupos, e que possibilitava a agregação em torno da Comuna Libertária, era a noção de luta anti-capitalista e anti-estatista. Entre os anos de 2004 e 2006 o espaço cultural realizou uma série de atividades, que espelhavam as discussões mais atuais no que tange à Anarquia; assim como, também, propuseram ações concretas sintonizadas com os fatos ocorridos no contexto global – notadamente dos grupos anarquistas contemporâneos e seus enfrentamentos contra os organismos capitalistas internacionais (G-8, OMC, Banco Mundial). A proposta do grupo era a de somar esforços no sentido de criar um espaço de sociabilização de pessoas e coletivos que pudessem desenvolver estudos e ações em conjunto, tomando as decisões por consenso e encaminhando coletivamente o cotidiano do espaço.

A Comuna Libertária se permitia propor situações bastante criativas para agregar as várias correntes anarquistas no grupo: organizavam-se momentos de sociabilização que permitiam trocas e contatos entre as diversas pessoas e correntes, que pertenciam ou que transitavam no espaço cultural, além de possibilitar um contato direto com a comunidade do bairro onde eles se situavam. Assim o espaço oferecia algumas atividades: oficinas (malabares, jornalismo alternativo, teatro da crueldade, capoeira, corporeidade, *stencil*, *silkscreen*, culinária vegetariana), *gigs* (festas anarco-punks, show de hardcore, verduradas), banca de vendas (livros, camisetas, cartazes, *petchs*, demos de bandas), acesso a materiais de leitura, palestras e debates, feijoadas vegetarianas, exibição de filmes, curso de esperanto, grupo de estudos sobre o Anarquismo. Para pagar o aluguel do prédio do espaço cultural, a Comuna Libertária realizava *gigs* e pedágios regulares, com a participação voluntária dos membros dos coletivos – esse é um aspecto relevante, porque mostra o esforço de manter uma experiência autogestionária também nos aspectos da gestão financeira do espaço, de forma que as pessoas se sentiam, de fato, participantes e co-responsáveis; e, de outro lado, de forma a garantir a autonomia da Comuna Libertária, frente aos mecanismos do Estado, às ONGs, aos grupos político-partidários e ao capital privado.

Tendo participado das reuniões e das atividades da Comuna Libertária, que era um espaço construído por jovens, pude perceber que este grupo, por mais que se propusesse a construir uma organização descentralizada, não estava livre das contradições que todo e qualquer grupo social pode vir a experimentar; nesse sentido, a

Comuna Libertária também vivenciou suas contradições e, em alguns momentos, mecanismos de centralização do poder se instauraram no grupo. Conciliar ideários distintos, mesmo dentro de uma experiência autogestionária, é algo difícil de realizar-se. Assim, a disputa pelo poder dentro do grupo, por correntes e variantes políticas distintas, tal qual ocorre em qualquer outro grupamento hierarquizado, e o acirramento de posicionamentos divergentes, levaram a uma situação de desequilíbrio no plano das decisões e da sociabilização do grupo – os conflitos foram tantos que o grupo não pôde se sustentar, e cada corrente procurou seus espaços próprios. Assim, as dificuldades em se administrar tais conflitos terminaram por inviabilizar a própria existência do grupo.

Freqüentando alguns coletivos libertários, pude perceber e vivenciar algumas situações concretas que apontam para as dificuldades em se desenvolver uma experiência autogestionária, mesmo em grupos já iniciados nessas discussões, e, portanto, com seus membros atentos à tendência à hierarquização das decisões. Do que vivenciei, percebi algumas tendências problemáticas que se apresentaram nas experiências de gestão de alguns grupos libertários. Há uma tendência a que os membros fundadores dos coletivos se apropriem da condução dos processos decisórios, tanto para a seleção de temáticas a serem tratadas quanto para as ações a serem desenvolvidas no grupo; há uma outra tendência que aponta para uma centralização nos sujeitos mais experientes nos temas anarquistas, ou naqueles que possuem uma formação escolar mais elevada, essa tendência diz respeito a aceitar como legitimadoras da verdade as assertivas elaboradas por aqueles que possuem o conhecimento instituído e reconhecido socialmente.

Atualmente, participo do Coletivo Navalha (Mossoró/RN) que agrega pessoas por afinidades de interesses libertários e que propõe intervenções urbanas (*Stencil*, Bicicletada, protestos lúdicos como o *Buy Nothing Day* – Dia Sem Compras – e o *Festim do Bode* – intervenção na Festa do Bode protestando contra as crueldades cometidas aos caprinos), estudos (sobre a Anarquia na contemporaneidade) e atividades culturais (Oficinas, exibições de filmes, saraus literários, organização de shows da Hardcore, organização de Veganadas, publicação de fanzines); o coletivo se vincula, em rede, a outros coletivos libertários. As temáticas do Navalha giram em torno do veganismo, da libertação animal, da arte sabotagem, de protesto anti-capitalista e anti-estatista, da ação direta e da crítica à democracia representativa. As ações e as temáticas são realizadas pelo coletivo a partir de uma perspectiva lúdica e prazerosa. E, apesar de

uma prática freqüentemente descentralizada na gestão das atividades deste coletivo, há, sub-repticiamente, uma preocupação de que a heterogestão possa se apresentar.

Apesar de todas essas múltiplas experiências anarquistas contemporâneas desenvolverem ações a partir de uma complexa articulação de grupos e ativistas numa organização autogestionária, elas não estão isentas de serem atravessadas pelo efeitos da autoridade e da condução centralizadora; estão constantemente sujeitas às contradições internas, própria à gestão de grupos, na medida em que há uma tendência, não rara, à formação de lideranças condutoras e de centralização de decisões que podem descaracterizar uma prática autogestionária, levando estes grupos para as veias hierarquizantes da heterogestão. Os grupos autogestionários são assombrados, freqüentemente, pelo fantasma da heterogestão.

Refletindo sobre as práticas autogestionárias do grupo e suas relações contraditórias com a heterogestão, René Lourau afirma que: “Nós funcionamos, todos, em todos os lugares, sob a heterogestão; ou seja, ‘geridos’ por ‘outrem’. E a vivemos, geralmente, como coisa **natural**” (LOURAU: Rio de Janeiro, p.14. grifo do autor). Isto implica que, nas vivências grupais autogestionárias, há um fantasma rondando:

Nós aceitamos, eu e vocês, [...], todas as racionalizações da heterogestão e, em geral, a pensamos insuperáveis. Talvez porque não tenhamos, ainda, conseguido efetivamente inventar a autogestão. A autogestão que existe, a que tem podido existir, acontece dentro de uma contradição total, já que a vida cotidiana, a minha e também a de vocês, se passa no terreno da heterogestão (LOURAU: Rio de Janeiro, p. 14).

Uma das inquietações que me ocorrem, freqüentando estes coletivos, é a de como estes grupos que se propõem a construir novas práticas autogestionárias, incorporando dimensões não-ortodoxas à sua forma de gestão interna, são, ou podem vir a ser, capturados pelos mecanismos de centralização do poder. Como produzir conceitos e práticas autogestionárias nos Movimentos Sociais Libertários que escapem às concepções idealizadas que tomam a heterogestão como algo natural.

Algumas indagações persistem: as experiências dos grupos libertários atuais podem trazer novas reflexões e novas práticas aos Movimentos Sociais contemporâneos sobre as formas de organização interna dos movimentos baseadas no princípio anarquista da autogestão? Os Movimentos Sociais podem extrair frutos dessas

experiências autogestionárias? Os Movimentos Sociais libertários podem de fato produzir práticas autogestionárias efetivas que se contraponham à noção naturalizada de heterogestão? Essa é uma temática ainda pouco discutida dentro dos Movimentos Sociais contemporâneos.

Referência Bibliográfica

ALBERT, Michel et al. **Autogestão hoje**: teorias e práticas contemporâneas. São Paulo: Faisca Publicações Libertárias, 2004.

BLACK, Bob. **Groucho-marxismo**. São Paulo: Conrad, 2006. (Coleção Baderna)

LOURAU, René. **Análise Institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

LIBERATO, Leo Vinícius Mais. Movimento antiglobalização: distinções e uma crítica a Alain Touraine. In: **Em Tese** – Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 1, n. 01, ago.-dez. 2003. p.70-86. www.emtese.ufsc.br, acessado em 22 de janeiro de 2005.

LUDD, Ned (Org.). **Urgência das ruas**: Black Block, Reclaim The Streets e os Dias de Ação Global. São Paulo: Conrad, 2002. (Coleção Baderna)

NEWMAN, Saul. **As políticas do pós-anarquismo**. Tradução: Conspiração Anti-Cultural Universidade Invisível. 2003. <http://brasil.indymedia.org/pt/blue/2003/11/267229.shtml>, acessado em 19 de fevereiro de 2006.

CHOMSKY, Noam. **Notas sobre o anarquismo**. São Paulo: Imaginário; Sedição, 2004.

ONFRAY, Michel. **A Política do Rebelde**: tratado de resistência e insubmissão. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

ORTELLADO, Pablo. **Estamos vencendo!**: resistência global no Brasil. São Paulo: Conrad, 2004. Coleção Baderna.

PASSETTI, Edson. Uniformidade e anarquia. In: **Verve** – Revista do Núcleo de Sociabilidade Libertária, São Paulo, n. 6, p. 299-318, 2004.